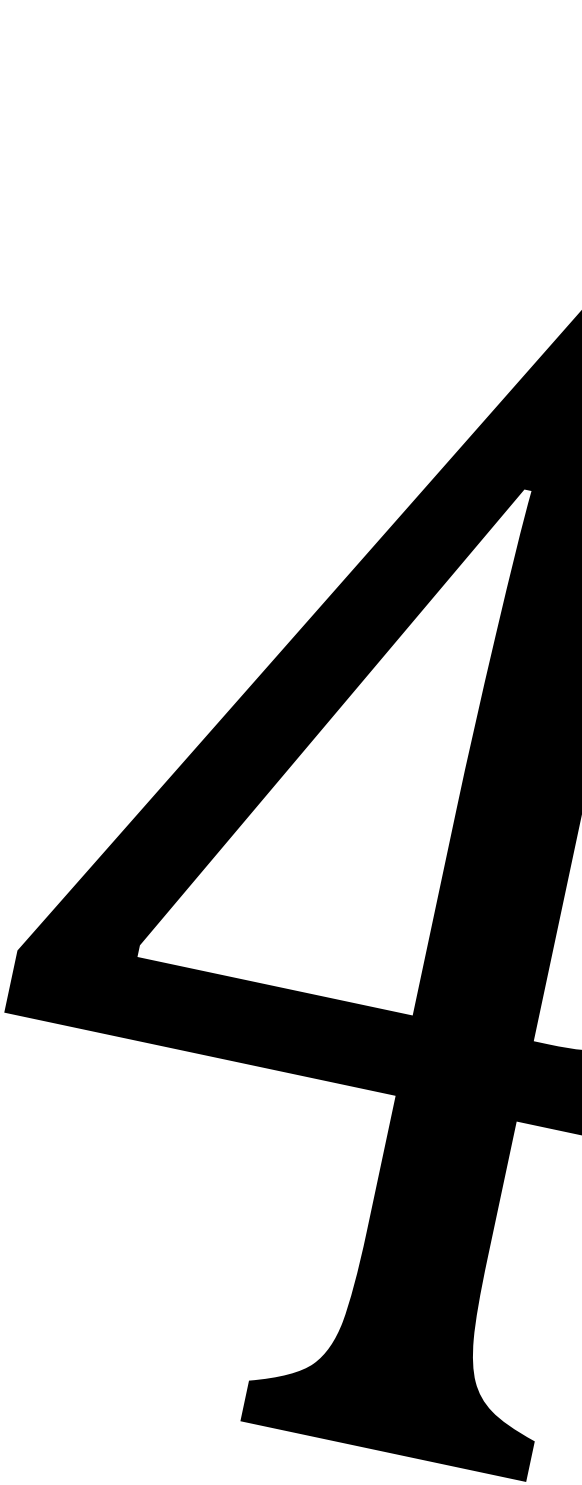


A utilização do Simade e do Simave como meios de administração e avaliação educacional das escolas públicas estaduais em Minas Gerais

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.24.42-4

Elder Stroppa[1]

Resumo: A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) possui dois sistemas baseados nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), denominados Simade e Simave, considerados a base tecnológica de trabalhos padronizados de gestão nas esferas administrativa (Simade) e pedagógica (Simave). A busca de confluência entre os trabalhos com esses dois sistemas é de fundamental importância para que seus objetivos sejam alcançados, na medida em que o Simade precisa alimentar o Simave com informações adequadas para seu funcionamento ideal. Nesta pesquisa, procurou-se conhecer melhor se os sistemas estão funcionando adequadamente, por meio da visão de servidores(as) que trabalham com eles cotidianamente nas Superintendências Regionais de Ensino (SREs) da (SEE/MG). Por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com trabalhadores(as) das SREs, pode-se concluir que os sistemas possuem certa capacidade de cumprir com as finalidades para as quais foram criados, mas são negativamente influenciados pelo processo de fragmentação do

1 Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especialista em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras (Ufla), graduado em Administração pela Fundação Educacional Machado Sobrinho (Fems). Professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais e professor de Administração, com experiência no nível técnico, nos cursos de Cafeicultura e Informática, no nível de graduação, nos bacharelados de Administração e Zootecnia e Pós-Graduação em Cafeicultura Sustentável, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFsudeste-MG). Currículo: http://lattes.cnpq.br/9926256319232775. Contato: elder.stroppa@ifsudestemg.edu.br.

trabalho que ocorre na (SEE/MG).

Palavras-chave: Administração. Avaliação educacional. Simade. Simave.

Abstract: *The Minas Gerais State Department of Education (SEE/MG) has two systems based on ICTs - Information and Communication Technologies called Simade. Simade and Simave, considered the technological basis of standardized management work in the administrative (Simade) and pedagogical (Simave) spheres. The search for confluence in the work with these two systems is of fundamental importance for their objectives to be achieved, as Simade needs to feed Simave with adequate information for its ideal operation. In this research, it was sought to know better if the systems are working properly, through the view of servers who work with them daily in the "SREs" Regional Superintendence of Education of SEE/MG. Through semi-structured interviews with SRE workers, it can be concluded that the systems have a certain ability to fulfill the purposes for which they were created, but are negatively influenced by the process of work fragmentation that occurs at SEE/MG.*

Keywords: *Administration. Educational evaluation. Simade. Simave.*

1 – Introdução

No mundo contemporâneo, as organizações permeiam todas as esferas da sociabilidade humana, especialmente no que concerne à produção de bens e à prestação de serviços para suprir necessidades cada vez mais complexas e diversificadas. A Administração, aqui entendida como a "condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não-lucrativa" (CHIAVENATO, 1993, p. 1), é uma das ciências que desempenha papel relevante no processo de adaptação dos seres humanos e dos recursos não humanos aos modos de trabalho desenvolvidos no âmbito das organizações, os quais, de forma inexorável, vão sendo transformados à medida que surgem ou se alteram necessidades na sociedade.

Desde o século XX, com maior velocidade em suas últimas três décadas, as organizações enfrentam um cenário incerto e desafiador, caracterizado por um sem-número de variáveis, mudanças e transformações carregadas de ambiguidades e

incertezas (CHIAVENATO, 1993). Dentro dessa lógica, inserem-se as organizações responsáveis pela oferta da educação pública, que buscam uma interlocução satisfatória entre os desejos do ser humano enquanto indivíduo dotado de personalidade única e as expectativas das organizações e das coletividades, não necessariamente coincidentes.

A rede estadual de educação mineira se insere nesse processo de adaptação desde 1993, com a implantação do programa ProQualidade, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), que procurou inserir a gestão escolar nos processos de reforma e modernização da educação estadual. Esse plano era estruturado em seis subprojetos, da letra A à letra F, entre os quais se destacava o subprojeto A, "Fortalecimento da gestão escolar do sistema educacional", e o subprojeto B,"Melhoria da infraestrutura e gestão da escola", que tratavam diretamente da gestão da escola e por consequência previam algum tipo de alteração ou aprimoramento nos processos de trabalho das pessoas imbuídas dessa função: "O ProQualidade tratava-se de um plano de implementação devidamente detalhado quanto à metodologia e aos recursos empregados" (OLIVEIRA, 2000, p. 283).

Desde esse momento e de forma gradativa, movido pela ideia neoliberal "da teoria do capital humano e por uma visão funcionalista que compreende a educação como principal instrumento que agrega valor à capacidade de trabalho" (RODRIGUES, 2013, p. 53), o Estado de Minas Gerais buscou promover uma adequação de sua sistemática de administração escolar alinhada com a crescente informatização dos trabalhos na escola, o que culminou com a Resolução nº 1.180, de 28 de agosto de 2008, que "Estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração Escolar – Simade" (MINAS GERAIS, 2008). Por meio dessa resolução, a SEE/MG procurou "dotar a rede estadual de ensino de sistema padronizado de gestão de processos administrativos e educacionais informati-

zado" (MINAS GERAIS, 2008). O sistema informatizado de gestão, então, tornou-se padrão para as escolas estaduais, tendo como uma de suas premissas auxiliar os diretores escolares e demais gestores da rede estadual na tomada de decisões, com base nas informações obtidas por seu meio.

Outra intencionalidade que se percebe com a implantação do Simade é "oferecer aos gestores educacionais e à sociedade mineira informações precisas, atualizadas e confiáveis sobre o sistema estadual de ensino" (MINAS GERAIS, 2008), e por último "facilitar a comunicação entre gestores, professores, demais servidores, pais e alunos das escolas estaduais e a unidade central e superintendências regionais de ensino" (MINAS GERAIS, 2008), que são os órgãos de apoio à gestão escolar e aos executores das políticas públicas dentro da estrutura descentralizada da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Essa forma de atuação descentralizada expõe uma característica singular da administração escolar em relação a outras formas de gestão, que é a sua necessidade de ser desenvolvida de forma democrática e participativa, por envolver vários atores sociais e, em geral, possuir uma abrangência que precisa atender a necessidades diversas, tanto se observado pela óptica geográfica e territorial quanto pela ótica socioeconômica das comunidades.

As redes públicas de ensino possuem também uma necessidade moral/legal de ser transparentes e de prestar contas sobre o desenvolvimento de seu trabalho à comunidade escolar e à sociedade como um todo. Essa inclusive é uma das justificativas para que, já de algum tempo até os dias atuais, o desempenho dos estudantes das escolas públicas venha sendo medido não só no interior delas pelos professores, mas também de forma externa pelo conjunto dessas avaliações e das avaliações externas padronizadas, instituídas por grande parte das redes de ensino, de forma voluntária, ou, de forma impositiva, pelo governo federal. Exemplos são as provas do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) e do Programa

de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), avaliações externas que compõem o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), que, aliás, é um fruto desse cenário de mudanças das últimas décadas.

Tanto o Simade como o Simave foram desenvolvidos em uma parceria técnico-pedagógica entre a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Atualmente, contudo, sua gestão do ponto de vista técnico-informacional está sob a responsabilidade da Prodemge, que é a empresa de tecnologia da informação do governo de Minas Gerais, e a operacionalização dos sistemas é feita pela SEE/MG, tanto em seu órgão central, sediado na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quanto nas SREs e escolas estaduais.

Portanto, no recorte da educação pública do Estado de Minas Gerais, em paralelo à preocupação com a criação de um sistema de suporte administrativo às escolas públicas estaduais e às superintendências regionais de ensino, que se concretizou com a implantação do Simade, no ano 2000, também percebeu-se a necessidade da implantação do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), fruto de uma parceria técnico-pedagógica com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

O Simave também é um sistema informatizado, assim como o Simade, e pretende identificar necessidades, problemas e demandas das escolas, com o objetivo de auxiliar no planejamento de ações pedagógicas em diferentes níveis e momentos escolares, com o intuito de melhoria da educação pública da rede estadual (ensino fundamental e médio) em Minas Gerais. Como seu próprio nome sugere, ele também tem a finalidade de buscar desenvolver a equidade no âmbito da rede estadual mineira de educação, equidade esta aqui entendida como a capacidade de tornar o sistema educacional mais justo, adaptando a realidade às necessidades das comunidades e dos

educandos, a fim de promover uma educação cada vez mais consoante com a realidade da sociedade.

O Simave e o Simade, portanto, são parte das tentativas de atualizar e inserir a educação pública em um contexto que possa proporcionar maior agilidade, eficiência e eficácia na gestão dos dados e informações relativos ao desenvolvimento da educação pública, em especial das mais de 3.500 escolas estaduais mineiras.

Assim, pode-se perceber que os dois sistemas, que são baseados essencialmente nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), revestem-se de grande importância nos dias atuais para a gestão dessas escolas e para todo o sistema educacional mineiro, que ainda conta com 47 superintendências regionais de ensino (SREs) e o chamado órgão central da SEE/MG, situado na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais tem por perspectiva que o Simave e o Simade sejam dois dos maiores e mais bem-estruturados sistemas de administração e avaliação da educação pública no Brasil, se comparados com alguns de seus pares em outros estados da federação e mesmo com determinados sistemas municipais e federais. Pretende ainda que sejam sistemas "orgânicos" em toda a sua estrutura, quer dizer, sistemas que fazem parte da cultura organizacional da rede mineira de escolas públicas estaduais, das superintendências regionais de ensino e do órgão central.

Como todo instrumento de ação governamental, os resultados do Simade e do Simave podem ser utilizados como ferramenta de ação política por parte tanto dos governantes do Estado como de suas forças antagônicas, ora para prestação de contas das ações dos governos (utilização que em geral aborda os aspectos positivos das informações extraídas deles), ora para realização de crítica às políticas educacionais (utilização que em geral aborda as deficiências ou pontos negativos dos sistemas e dos resultados que eles apresentam). Contudo, essa

não é análise que se pretende avaliar com esta pesquisa, e sim uma visão mais funcionalista dos sistemas em termos de ferramental de trabalho para os profissionais da educação mineira.

Este artigo, portanto, possui como proposta de pesquisa avaliar, pela ótica de uma amostra de servidores que são responsáveis pela gestão do Simade e do Simave nas superintendências regionais de ensino (SREs), se existe uma integração entre os dois sistemas que permita aos profissionais responsáveis pela gestão das escolas públicas mineiras ter uma visão sistêmica de como as unidades educacionais promovem a educação. O artigo ainda pretende verificar se há relação entre as condições de oferta e desenvolvimento da educação, em geral baseada nos dados e informações obtidas no Simade, com os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações da educação que são aferidos no Simave. A pesquisa tem por objetivo geral, portanto, procurar verificar se existe uma inter-relação direta entre o nível de qualidade das informações do Simade e os resultados dos educandos nas avaliações do Simave.

Esse objetivo parece se revestir de importância na medida em que o tema da adoção das tecnologias da informação, bem como das políticas de avaliações externas e da qualidade na educação, vem ganhando destaque nos debates em torno das políticas públicas educacionais no cenário brasileiro, pois as avaliações externas são adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais, assim como do Distrito Federal, como método de determinar e – por que não dizer – medir a qualidade do ensino da educação básica oferecida pelas redes de ensino ao redor do País. Essa situação não ocorre apenas no Brasil, pois, conforme Afonso (2009), nas últimas décadas, os países capitalistas ocidentais têm encontrado nas políticas de avaliação uma forma de prestação de contas para a sociedade e de responsabilização dos entes públicos. Ainda de acordo com Afonso (2009), as políticas de aplicação de avaliações externas

> foram ganhando certa imunidade às concepções político-ideológicas dos governos, disseminando e homogeneizando muitos dos seus efeitos, como se essas mesmas políticas ganhassem o seu verdadeiro sentido

> situando-se acima das realidades culturais, políticas, econômicas e educacionais nacionais (AFONSO, 2009, p. 17).

Os objetivos específicos são verificar se o Simade fornece subsídios adequados de informação para a melhoria das condições de educação nas escolas estaduais mineiras e se os resultados das avaliações do Simave, "sucesso" ou "fracasso" dos educandos e das escolas, são utilizados como forma de embasamento para a proposição de políticas públicas que busquem a equidade na educação pública mineira.

O trabalho, enfim, procura contribuir para a discussão sobre a adoção de políticas públicas eficientes e eficazes para a educação mineira, por meio de uma visão profissional dos trabalhadores que atuam diretamente e cotidianamente com os dois principais sistemas de gerenciamento, atendendo dezenas ou centenas de escolas e tendo contato com suas inúmeras necessidades e demandas. Esse, aliás, é o principal argumento em favor da escolha dos profissionais das SREs e não dos profissionais das escolas para a realização desta pesquisa, pois, como as SREs atendem a todo tipo e tamanho de unidade escolar, é possível inferir que a visão desses profissionais seja mais ampla e sistêmica do que aquela do profissional que está atrelado a apenas uma unidade escolar.

O Simade e o Simave são sistemas *on-line* nos quais cada escola possui um ambiente próprio para os lançamentos de seus dados. A responsabilidade pelo manuseio é de um usuário, que pode ser o(a) diretor(a) da escola ou outros servidores designados pela direção para esse desiderato. É importante ressaltar que, no caso do Simave, recomenda-se que a gestão do sistema dentro da escola seja realizada pelo(a) gestor(a) e pelo(a) especialista da educação básica (EEB) que deve ser profissional que ocupa os antigos cargos de supervisão e orientação escolar e que possui formação na área pedagógica, pois o sentido do sistema é desenvolver ações na área pedagógica que possam contribuir para a evolução do processo ensino-aprendizagem dos educandos.

No caso do Simade, o acesso ao sistema é controlado por meio de *login* e senha, que são intransferíveis. A uma escola não é permitida a visualização dos dados de outra; entretanto, os dados de todas as escolas ligadas a uma das superintendências regionais de ensino (SREs) podem ser visualizados pelo setor responsável pela sua gestão, chamado de Serviço de Documentação e Informação Educacional (Sedine). A visualização completa dos dados de todas as escolas e SREs do Estado de Minas Gerais é obtida apenas pelos responsáveis, lotados no órgão central da SEE/MG.

Já o Simave pode ser acessado pelos profissionais que atuam na área pedagógica das escolas, das SREs e da SEE/MG, pois se trata de um sistema compatível com a atividade de vários profissionais, inclusive de professores, e precisa ser entendido e compreendido como uma ferramenta de suporte às ações pedagógicas que permeiam as atividades escolares.

O Simave é composto pelas avaliações externas do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) e do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), bem como por avaliações internas (diagnóstica e intermediária). O Proalfa é uma avaliação anual e censitária para alunos do 2º e 3º ano do ensino fundamental, para avaliar o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. O Proeb é uma avaliação anual e censitária que avalia competências expressas pelos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática no 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e no 1º e 3º anos do ensino médio. Já a avaliação interna é aplicada semestralmente. A SEE/MG promove as avaliações diagnóstica e intermediária por meio do Sistema de Gestão das Avaliações da Aprendizagem (Banco de Itens), que é um sistema *on-line* para geração e aplicação de provas, emissão imediata de relatórios e gráficos de resultados após aplicação e/ou lançamento no sistema.

Essas avaliações possuem como objetivos principais verificar as habilidades e competências do currículo desenvolvidas no ano anterior no início do ano letivo (diagnóstica) e no início

do segundo semestre do ano corrente (intermediária) e são aplicadas em formato *on-line* ou impressas pela escola.

O acesso aos dados e resultados é disponibilizado pela SEE/MG no Sistema de Monitoramento da Aprendizagem, ferramenta *on-line* que apresenta as informações provenientes das avaliações do Proalfa e Proeb, de forma consolidada, além de informações administrativas e indicadores educacionais diversos.

2 – Metodologia

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo se caracteriza como qualitativa, sendo utilizada como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, que, segundo Belei *et al.*, (2008), "auxilia no melhor entendimento da realidade estudada''.

As entrevistas foram realizadas com base em um questionário semiestruturado, ressaltando-se que, devido à necessidade de respeito a todos os protocolos sanitários e de distanciamento social para a segurança de entrevistador e entrevistados(as) durante a pandemia de covid-19 no Estado de Minas Gerais, todas elas foram realizadas de forma remota, pelos meios de comunicação baseados nas TICs, especialmente a tele-entrevista pela ferramenta Google Meet.

Assim, foram escolhidas três SREs mineiras para o estudo, procurando-se, em um primeiro momento, atender a dois critérios, quais sejam: geográfico e por quantidade de escolas atendidas. Os dois critérios foram parcialmente atendidos, pois foram realizadas entrevistas com uma SRE do Sul de Minas Gerais e com duas da Zona da Mata mineira. A ideia inicial era realizar as entrevistas com uma SRE do Sul de Minas Gerais, uma da Zona da Mata Mineira e uma do Norte de Minas Gerais. A do Sul de Minas era uma superintendência que atende a menos de 75 escolas estaduais; a da Zona da Mata, uma que

atende a entre 75 e 100 escolas estaduais; e a do Norte de Minas Gerais, uma que atende a mais de 100 escolas estaduais.

Contudo, a SRE primeiramente escolhida para atender a esses dois critérios, localizada no Norte de Minas Gerais, alegou que não possuía autonomia para conceder as entrevistas, tendo que ser substituída por outra SRE da Zona da Mata Mineira, responsável por entre 75 e 100 escolas. Acredita-se, no entanto, que a pesquisa não restou prejudicada devido a essas alterações, pois as informações prestadas pela SRE substituta foram bastante relevantes, detalhadas e esclarecedoras.

A identidade dos(as) entrevistados(as) será sempre preservada; a partir deste momento, eles(as) serão identificados(as) pelos códigos A, B, C, D e E.

A é servidor(a) responsável pelos sistemas Simade e Simave em uma SRE do Sul de Minas Gerais, B e C são respectivamente responsáveis pelo Simade em duas SREs da Zona da Mata Mineira, enquanto D e E são responsáveis pelo Simave em duas SREs da Zona da Mata Mineira. Portanto, A trabalha diretamente com os dois sistemas, B e D trabalham diretamente com o Simade, enquanto D e E trabalham diretamente com o Simave.

3 – As entrevistadas

O formato das entrevistas já foi apresentado, restando esclarecer que não serão apresentadas todas as respostas a todas as questões, mas apenas aquelas que foram consideradas de maior relevância, em parte ou em sua totalidade, no sentido de trazer elementos que ajudem a responder à questão central proposta pela pesquisa.

As perguntas relativas à identificação sobre gênero e raça não serão apresentadas no mesmo formato que as demais, pois embora se relacionem com o perfil dos(as) entrevistados(as) possuem caráter secundário nos propósitos desta pesquisa.

Assim, fica o registro de que a unanimidade das respostas à pergunta relacionada à identificação de gênero identifica as entrevistadas com o gênero feminino, sendo possível de agora em diante utilizar esse gênero nas informações sobre a pesquisa.

Já em relação à pergunta sobre a identificação de raça, à exceção da entrevistada D, que respondeu que: "Considero o conceito de 'raça' sociologicamente inapropriado, assim prefiro não me identificar", as demais entrevistadas se identificam com a raça branca.

O perfil pessoal e profissional das entrevistadas é apresentado no grupo de perguntas entre 1 e 5, que foram elaboradas com o intuito de melhor posicionar o leitor em relação à formação acadêmica conjugada com a experiência profissional das entrevistadas.

Assim, na Questão 1, foi perguntado às entrevistadas se elas trabalhavam com o Simade, com o Simave ou com os dois sistemas.

A situação de A nesse caso é *sui generis,* pois em geral no âmbito das SREs mineiras os servidores(as) que trabalham com o Simade ficam alocados no Serviço de Documentação e Informação Educacional (Sedine), e as servidoras que trabalham com o Simave ficam alocadas no serviço de Supervisão Pedagógica, assim, tratam-se de dois setores distintos dentro das SREs. A explicação de A para essa peculiaridade reside no fato de entender ser uma tentativa de sua chefia de minimizar, em sua SRE, os impactos causados pela fragmentação de trabalhos que são interdependentes e que, portanto, se relacionam, situação que será detalhada mais à frente.

Nas questões 2 e 4 foi perguntado às entrevistadas qual função exerciam na SRE e qual era a sua formação acadêmica. Importante frisar que todas são ocupantes do cargo de analista educacional, que requer no mínimo a formação acadêmica em nível superior e só pode ser ocupado regularmente

por servidores públicos aprovados em concurso público de provas e títulos. Além disso, com exceção de C, que é graduada em Ciências da Computação, as demais entrevistadas possuem formação e/ou licenciatura na área da Pedagogia, inclusive apresentando níveis de especialização, o que demonstra coerência com os trabalhos que realizam através dos sistemas Simade e Simave, pois as informações obtidas através desses sistemas tendem a ser base para a tomada de decisões pedagógicas importantes nas escolas, tanto para trabalho dos docentes quanto para apoio ao desenvolvimento dos discentes.

Essa situação permite inferir que o trabalho com esses sistemas no âmbito das SREs é especializado e profissionalizado, fatores que podem contribuir para a percepção de que há um domínio técnico dos trabalhos e consequentemente da operacionalização dos sistemas por parte das servidoras.

As perguntas 3 e 5 se referiam a quantos anos de experiência a servidora possuía na função e em qual unidade trabalhava, tendo sido apurado que, à exceção de A, que possuía uma situação diferenciada em relação às demais entrevistadas e não seguia a "regra" das SREs, B e C trabalhavam apenas com o Simade e estavam lotadas no Sedine, enquanto D e E trabalhavam com o Simave e estavam lotadas na supervisão pedagógica. Pode-se admitir uma lógica nessa distribuição, pois o Sedine é proveniente e até hoje responsável pela parte documental e escritural dos registros das escolas, que gradativamente vem sendo migrada para o Simade, enquanto a supervisão pedagógica se responsabiliza pelo trabalho de ação pedagógica junto às escolas, e, portanto, é fortemente vinculada às informações provenientes do Simave. Cabe salientar que os analistas educacionais que trabalham na supervisão pedagógica, embora estejam lotados nas SREs, atuam de forma híbrida em seu cotidiano, ora em trabalhos internos, ora e em grande parte em trabalhos externos ao ambiente escolar, o que possibilita inferir que esses profissionais possuem aptidão para responder com tranquilidade aos questionamentos elaborados nesta pesquisa.

Além da função de analista educacional, que todas as entrevistadas exerciam à época da pesquisa e que exige a formação acadêmica mínima em curso superior, pode-se perceber que há certa estabilidade das entrevistadas em suas funções nos sistemas, o que pode sugerir familiaridade e especialização nesse trabalho por parte das servidoras. Assim, pode-se fazer outra inferência que se relaciona com o desenvolvimento do conhecimento, a formação e especialização dos profissionais na área da educação pública: a capacidade de operação dos sistemas de ensino foi condição plenamente atendida por essas servidoras, tendo em vista que possuíam perfil profissional condizente com o que Lück (2010) descreve como:

> Muito mais do que em quaisquer outras épocas, quando os sistemas e unidades educacionais nem sequer admitiam utilizar os mecanismos e instrumentos gerenciais disponíveis nos setores produtivos, há necessidade, hoje, de considerarmos que o desenvolvimento de conhecimentos e a formação de profissionais entendidos em gestão educacional, capazes de implementar e operar as transformações necessárias dos sistemas de ensino e escolas, é prioritário, por ser condição fundamental para o imprescindível salto qualitativo da educação brasileira (LÜCK, 2010, p. 23).

É evidente que a quantidade de tempo em um determinado trabalho, por si só, não promove o domínio e a capacidade técnica de realização das tarefas com o maior êxito possível e ou desejável, mas esse fator, aliado à formação, como apresentado no perfil dessas profissionais, sugere que há uma capacidade de trabalho que atende, em princípio, às necessidades de operacionalização dos dois sistemas. Complementarmente, é possível reforçar essa crença, ao se observar o nível de profundidade com que as servidoras responderam a todas as questões que lhes foram apresentadas na pesquisa, demonstrando grande conhecimento em relação ao que lhes era perguntado e estava sob seu domínio profissional, bem como a maturidade demonstrada em determinados momentos, quando, por exemplo, responderam que não sabiam opinar sobre um ou mais pontos dos trabalhos.

4 – Percepções sobre o Simade e o Simave

O próximo grupo de perguntas buscou perceber qual é a percepção das entrevistadas em relação ao funcionamento e à integração dos sistemas Simade e Simave, que, em última análise, são a essência deste trabalho. Nesta etapa, portanto, as reflexões são apresentadas de forma mais descritiva, buscando extrair o que de mais expressivo pode ser apurado.

Quando indagadas sobre a existência de interligação entre os sistemas Simade e Simave, se em sua percepção essa interligação existe, e se existe como ocorre, as respondentes apresentaram as seguintes percepções:

> **Resposta de A:** "Existe uma interligação, porém acredito que ela não é suficiente para atender as necessidades de uma implementação mais eficiente das avaliações sistêmicas (externas), pois, quando geramos o banco de dados do Simave (...). Precisa melhorar o sistema no sentido de fazer a avaliação diagnóstica no início do ano letivo, porque quase sempre existem ajustes a serem feitos no Simade, tais como o rearranjo dos estudantes nas turmas feito por todas as escolas, a adaptação e acomodação das matrículas e redivisão de turmas para atender aos critérios estabelecidos pela SEE-MG."

> **Resposta de B:** "O Sistema Simave utiliza as informações educacionais e outras informações de estrutura administrativa que estão nos bancos de dados do Simade; em resumo, o Simade alimenta o Simave."

> **Resposta de C:** "No meu ponto de vista, o Simave utiliza a base de dados do Simade. Para que ocorram as avaliações do Simave, são utilizados os dados de enturmação do Simade."

> **Resposta de D:** "Sim. Para a elaboração dos materiais de aplicação do Simave (testes cognitivos, por exemplo), é necessário a migração de dados importantes que são

registrados no Simade pelas escolas, como: distribuição das turmas; quantitativo de estudantes."

Resposta de E: "Ocorre uma interligação completa porque o Simave extrai os dados do Simade para alimentar a sua plataforma."

Pelo teor das respostas, percebe-se com clareza que as entrevistadas compreendem haver interligação entre os sistemas, pois o Simave utiliza os dados extraídos do Simade para que se possa gerar um banco de dados o mais seguro e completo possível. Chama a atenção a resposta de A, que dá pistas de outras percepções das demais entrevistadas quando afirma: "Precisa melhorar o sistema no sentido de fazer a avaliação diagnóstica no início do ano letivo, porque quase sempre existem ajustes a serem feitos no Simade."

A entrevistada A também irá consolidar sua percepção ao afirmar:

> Este acerto costuma, entretanto, estar completamente realizado na primeira avaliação trimestral externa. Depois desta primeira avaliação o Simave não consegue devolver informações detalhadas sobre os estudantes para as escolas e os estudantes, ou seja, ele não gera um processo de intervenção pedagógica com plano de trabalho individualizado como era a promessa quando de sua implantação, embora ele registre quantos acertos houve na turma o que cada aluno acertou ou errou, quais foram as questão mais acertadas ou erradas. Há também que se considerar que os relatórios demoram a ser repassados para as escolas, o que faz com que o diagnóstico que deveria ser apresentado no início de março, na maioria das vezes, seja entregue em abril, ou seja, não contribuindo para a análise e implementação das possíveis intervenções (ENTREVISTADA A).

Com base nessa visão, é possível considerar que, embora os sistemas possuam interligação entre si, há uma espécie de desconexão entre os tempos de produção das informações do Simade para o Simave que prejudica especialmente a primeira

avaliação diagnóstica externa aplicada pela rede de ensino, que ocorre no início do ano.

Outra pergunta foi se os sistemas Simade e Simave, de acordo com a experiência das servidoras, funcionariam de forma adequada para dar o suporte necessário aos profissionais responsáveis pelos trabalhos administrativos da escola, tendo em vista que as escolas estaduais possuem uma diferença bem-delimitada entre seus trabalhos pedagógicos e administrativos.

> **Resposta de A:** "Não sei opinar."
>
> **Resposta de B:** "Em relação ao Simade, esse sistema foi desenhado e construído exatamente para dar apoio pedagógico aos profissionais da escola e especialmente prover o Estado de informações preciosas para a administração de políticas públicas da área de educação no Estado de Minas Gerais. O Simade hoje alimenta vários outros sistemas, alguns até de órgãos federais."
>
> **Resposta de C:** "Acredito que não, pois temos a sensação de que a SEE/MG não consegue compreender bem como os trabalhos funcionam...em relação aos prazos de encerramento do ano letivo, encerramento das turmas, renovações de matrícula e incompatibilidade entre os fluxos dos estudantes e sua realidade escolar (Ex: 8º para 9º ano). Outra situação é o critério utilizado para enturmação, pois o sistema utiliza uma lógica diferente daquela entendida como ideal pelas escolas. (Ex: cadeirante que foi enturmado no segundo andar, inclusão ou acessibilidade, situações de convívio social dos estudantes e ou a separação por rendimento escolar). Caso a renovação de matrícula ocorra após o término do ano letivo, boa parte dessas inconformidades seriam evitadas. Assim os problemas seriam basicamente de lançamento no sistema."
>
> **Resposta de D:** "Não. Os dados são migrados em datas muito próximas ao cronograma de aplicação dos testes

do Simave, o que resulta em muitas falhas de enturmação, por exemplo."

Resposta de E: "Em termos funciona, porque é uma integração que proporciona uma alimentação de dados do Simade para o Simave, o que em alguns momentos tende a ser dificultado em função de atrasos e/ou lentidão de processamento dos dados. Em certas situações, isso ocasiona reflexos nos trabalhos dos especialistas da educação, na medida em que, se os dados não são alimentados em tempo hábil, os especialistas não conseguirão incorporar as respostas dos alunos e consequentemente o trabalho de análise dos resultados e possível intervenção pedagógica também fica comprometido."

Pelas respostas apresentadas, pode-se claramente observar que as entrevistadas compreendem que os sistemas não atendem adequadamente aos trabalhos administrativos das escolas, ou atendem apenas em parte a esse trabalho. Chamam a atenção respectivamente as respostas de C, no trecho em que cita as datas dos lançamentos dos dados escolares no Simade, e de E, quando cita os atrasos e a lentidão no processamento dos dados.

Essas impressões parecem corroborar com a visão apresentada pela entrevistada A no detalhamento de suas primeiras impressões, quando destaca que "depois desta primeira avaliação, o Simave não consegue devolver informações detalhadas sobre os estudantes para as escolas e os estudantes", o que acaba não permitindo a geração de um "processo de intervenção pedagógica com plano de trabalho individualizado, como era a promessa quando de sua implantação".

Significa ainda perceber que as dificuldades de prazos encontradas na operacionalização do Simade acarretam dificuldades na operacionalização do Simave, que depende da migração de seus dados para funcionar adequadamente.

Também houve interesse em saber qual a percepção das servidoras sobre a existência de uma consonância entre os tempos de alimentação e de processamento de informações e a consequente disponibilização de relatórios no Simade e no Simave que possam dar o suporte adequado às equipes gestora e pedagógica das SREs e das escolas, para proceder às intervenções necessárias ao melhor desempenho dos estudantes.

> **Resposta de A:** "Não. É uma situação que ocorre em relação às visitas/interações entre a escola e os serviços de inspeção, gestão de pessoas e supervisão escolar das SREs, o que significa na prática que a primeira informação que o Simade irá repassar para o Simave não representa fidedignamente as turmas na escola."

> **Resposta de B:** "O sistema Simade funciona em tempo real, e a disponibilização de dados é praticamente imediata em quase todos os seus subsistemas. Ocorre, entretanto, que o fator humano quase sempre impõe um considerável *delay* nos trabalhos. Outra constante, é a fraca capacitação e distribuição da força de trabalho nas escolas, o que limita o potencial do Sistema, e ainda considerando que o mesmo ainda não se encontra no estágio de maturidade desejado."

> **Resposta de C:** "Acredito que sim, pois o sistema possui funcionalidades que dão suporte adequado aos servidores para que o trabalho seja feito de forma correta. O grande problema que encontramos são as exigências de datas e calendário para cumprir advindos da SEE/MG, os chamados "períodos de bloqueio", que são inadequados para acertos necessários dos lançamentos pela escola. Poderia-se aprimorar o Simade, permitindo-se a abertura do sistema para acertos e ou incluindo avisos de datas limite a cumprir."

> **Resposta de D:** "Na SEE/MG temos o Portal Simave, plataforma que reúne funcionalidades relacionadas à gestão das avaliações do Simave. Essa plataforma foi

> criada recentemente e é gerenciada pelo Caed/UFJF. Recebemos muitos relatos e solicitações dos professores/gestores, indicando falhas nas funções e acessos ao portal."
>
> **Resposta de E:** "Nos períodos em que os dados do Simade precisam ser alimentados, por vezes percebemos que os servidores das áreas administrativas não conseguem ter um *feedback* adequado do sistema, o que acaba resultando em dificuldades para a operacionalização do Simave em função da dependência de migração de dados."

Talvez tenha sido a questão com maior heterogeneidade nas respostas, pois houve tanto respostas "sim" quanto "não''. Contudo, a questão relacionada aos períodos de alimentação do Simade é claramente percebida como um problema de forma geral, pois foram citadas "falhas nas funções e acessos ao portal", no caso, do Simave, dificuldades de operacionalização e *feedback*, dificuldades com o "fator humano", no sentido de operacionalização do Simave e, por fim, que a primeira informação que o Simade irá repassar ao Simade "não representa fidedignamente as turmas na escola", ou seja, pode-se depreender que, na visão das entrevistadas, todo o processo precisa de melhorias e de fato não atende plena e adequadamente às ações pedagógicas necessárias aos trabalhos com os estudantes nas escolas estaduais.

No último bloco, optou-se por apresentar as respostas de forma mais concisa, trazendo a essência das reflexões e percepções das entrevistadas sobre as questões apresentadas no questionário, por se compreender que estas são decorrentes daquelas já apresentadas anteriormente, ou seja, detalham e explicam um pouco mais o que já foi citado.

Assim, pediu-se a elas que opinassem se o uso do Simade e do Simave hoje consegue atender às necessidades e demandas de servidores e estudantes das escolas estaduais. Houve uma tendência clara em apontar que o sistemas ainda não conse-

guem atender às necessidades tanto de servidores quanto de estudantes, embora também tenha ficado claro que a quase unanimidade das entrevistadas possui a percepção de que os sistemas estão evoluindo ao longo do tempo.

Assim, embora seja clara a percepção de que os sistemas ainda não atendem às necessidades, é fato que as entrevistadas percebem que houve uma evolução que pode beneficiar cada vez mais os trabalhadores e os estudantes, cumprindo assim os objetivos de sua criação e implantação. A resposta da entrevistada D a essa questão resume bem o que foi respondido pelas demais, quando afirma: "As avaliações externas do Simave (Proalfa/Proeb) produzem um histórico de rendimento/desempenho dos estudantes importante para a rede e para as escolas. Portanto, colabora muito no traçado de políticas públicas."

Por fim, foi perguntado às respondentes como era o trabalho de avaliação dos estudantes para o planejamento dos trabalhos pedagógicos no ano escolar.

As servidoras B e C, que trabalhavam diretamente com o Simade, disseram não possuir domínio do assunto para dar uma resposta conclusiva; já as servidoras A, D e E declararam que "O trabalho independe dos sistemas, tanto que os professores são instruídos a realizarem avaliações diagnósticas internas para planejarem seu trabalho dentro da disciplina", resposta que demonstra claramente que o Simave ainda não é utilizado como uma plataforma efetiva de apoio pedagógico ao docente, pelo menos não da forma como planejado pela SEE/MG. Também foi consenso que as escolas se apropriam pouco dos resultados gerados pelas avaliações do Simave em suas ações pedagógicas (diagnóstica e trimestrais) porque esses resultados são disponibilizados após importantes momentos de planejamento pedagógico, como os conselhos de classe. É importante deixar claro que a plataforma precisa se adequar melhor aos trabalhos pedagógicos das escolas.

5 – Conclusões

Esta pesquisa pretende colaborar para a agenda de estudos e reflexões que buscam contribuir, no meio acadêmico e fora dele, para a propositura de políticas públicas eficientes e eficazes para a educação mineira, por meio de uma integração sistêmica de suas duas principais ferramentas de tecnologia da informação e comunicação. O gerenciamento pautado na integração cada vez mais necessária entre o Simade e do Simave, na medida em que busca a construção de um alinhamento de trabalhos e objetivos entre suas áreas administrativa e pedagógica, pode potencializar a capacidade de retroalimentação de dados e informações que norteiam onde e como os investimentos em educação pública podem ser aplicados mais eficientemente no Estado de Minas Gerais.

As lacunas e os questionamentos encontrados nesta análise, que é baseada no ponto de vista de um grupo de profissionais que trabalham em seu cotidiano com os dois sistemas, pode auxiliar o poder público a avaliar a eficácia desses dois sistemas para a melhoria da qualidade da educação no Estado. O Simade possibilita que as SREs e a SEE/MG acompanhem, mesmo que de forma limitada, a dinâmica administrativa das escolas em tempo real, com base nos dados nele inseridos. Já o Simave permite verificar o nível de desempenho dos educandos nas avaliações externas e internas aplicadas pela rede de educação mineira, mesmo que de uma forma pouco efetiva, devido ao tempo de disponibilização dos resultados das avaliações sistêmicas aplicadas pela rede de ensino aos seus estudantes.

Os dois sistemas são operacionalizados de forma relativamente orgânica ou intuitiva pelos(as) servidores(as) das SREs, da SEE/MG e das escolas estaduais, mas a operacionalização por si só não garante a efetividade da motivação para a qual cada um foi criado, tampouco garante que a qualidade da educação e de suas políticas públicas sejam de fato mensuradas. Com base nas análises das entrevistas, é possível constatar que a falta de um alinhamento entre as agendas dos setores

administrativos da SEE/MG que gerenciam os dois sistemas, em especial no que concerne aos tempos de alimentação e devolução de resultados, principalmente do Simade para com o Simave, influencia negativamente os processos de trabalho, tanto no campo administrativo quanto no campo pedagógico da educação pública mineira.

É pertinente observar que as servidoras entrevistadas percebem que há uma espécie de desconexão entre os tempos de produção das informações do Simade para o Simave, o que prejudica especialmente a primeira avaliação diagnóstica aplicada pela rede de ensino, que ocorre no início do ano. Esta pesquisa reforça que é necessária a criação de uma agenda de trabalho conjunta no âmbito das subsecretarias da SEE/MG responsáveis pela gestão do Simade e do Simave, para que exista maior integração nos trabalhos das equipes nas SREs e, consequentemente, nas escolas. Dessa maneira, reafirma-se o que foi concluído em trabalho realizado anteriormente pelo autor que evidenciou que o processo de fragmentação das ações da SEE/MG não contribui para que a gestão dos sistemas e das próprias atividades se tornem mais efetivas, "pois a fragmentação e a desarticulação hoje existentes tendem a limitar as possibilidades de uma gestão mais objetiva da escola" (STROPPA, 2012).

Conclui-se ainda que a fragmentação reconhecida pela pesquisa afasta, ou dificulta bastante, a possibilidade de que os gestores das áreas administrativa e pedagógica dos órgãos vinculados à SEE/MG possam construir uma visão sistêmica e, portanto, integrada, das ações que visem à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos educandos. A visão sistêmica, conforme propõe Machado (2010, p. 5), "é a capacidade do gestor de compreender as diversas relações de interdependência presentes dentro e fora da organização e que condicionam o desempenho dessas", ou seja, objetiva capacitar o gestor para a realização de suas atividades administrativas e organizacionais. A falta de uma articulação entre os trabalhos administrativos e os pedagógicos, assim, causa fragmentação e consequentemente afeta de forma decisiva a efetividade dos

sistemas de gestão, afastando-os de uma análise sistêmica, tal qual proposto por Machado (2010), limitando os efeitos de sua operacionalização.

Em relação aos objetivos propostos, pode-se inferir que a percepção do grupo estudado é que, embora o Simade funcione como um sistema que fornece informações para a alimentação do Simave, essas informações ainda não podem ser consideradas subsídios adequados para a melhoria das condições de educação nas escolas estaduais mineiras.

É possível também inferir que os resultados das avaliações do Simave ("sucesso" ou "fracasso" dos educandos e das escolas) ainda não são utilizados como forma de embasamento para a proposição de políticas públicas que busquem a equidade na educação pública mineira. Percebe-se ainda que há grandes dificuldades de se construir uma inter-relação direta entre o nível de qualidade das informações do Simade e os resultados dos educandos nas avaliações do Simave, pois nenhuma das entrevistadas sequer mencionou essa correlação.

Cabe ainda ressaltar, ao se analisarem as respostas das entrevistadas, o quanto a fragmentação das agendas e das ações administrativas e pedagógicas da SEE/MG, em especial no que se relaciona aos tempos de alimentação e retroalimentação dos sistemas, deixa de contribuir com o objetivo-fim tanto do Simade como do Simave, pois não existe uma confluência de prazos de entrega dos trabalhos que permita, de fato, uma interação entre os sistemas.

Ao final, é possível perceber que tanto o Simave quanto o Simade atendem em parte aos objetivos de proporcionar mecanismos de participação, democracia, equidade e controle social aos trabalhos da educação pública nas escolas estaduais mineiras. Isso porque eles proporcionam aos atores envolvidos na educação meios de controle social, mas ainda não conseguem atender adequadamente aos propósitos da equidade e, por conseguinte, da democracia educacional, por ainda não ser possível considerar que os sistemas trabalham de forma perfeitamente integrada aos tempos e às necessida-

des de trabalho nas áreas administrativa e pedagógica da SEE/MG, das SREs e das escolas estaduais. No entanto, ainda assim, seus resultados são utilizados como instrumento de prestação de contas das ações dos governos de Minas Gerais e também como instrumento de crítica às políticas educacionais implementadas no Estado.

6 – Referências

AFONSO, A. J. **Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável:** crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** São Paulo: Makron Books, 1993.

MACHADO, Márcia Cristina da Silva. **A gestão estratégica e o caminho para a construção da autonomia no sistema educacional.** Juiz de Fora, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.ppgp.caedufjf.net/mod/resource/view. php?id=604

MINAS GERAIS. **Lei 15.293, de 05 de agosto de 2004**. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=lei&num=15293&ano=2004#:~:text=LEI%2015293%20de%2005%2F08,29%2F6%2F2010. Acesso em:

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº. 1180, de 28 de agosto de 2008**. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7BB527D569-DBD1-4A6D-A43D-69789D0429EB%7D_resolu%C3%A7%C3%A3o%201180.pdf.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica, gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ**: Vozes, 2000.

RODRIGUES. L. R. **Educação escolar no século XXI**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2013.

STROPPA, E. **Núcleo de aprendizagem, treinamento e apoio aos gestores escolares da Superintendência Regional de Ensino de**

Ubá – MG. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Gestão Pública) - PPGP - Programa de Pós-Graduação Profissional, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

Recebido em 27/4/2022
Aprovado em 19/7/2022